

“Somos uma sociedade muito condescendente com a pobreza”

Manuel Carvalho da Silva Coordenador do CoLABOR diz que salários deviam subir ainda em 2022. Critica o “tecnodeslumbramento” e a falta de ação contra a precariedade

PCR
João Vasconcelos e Sousa
joao.f.sousa@jn.pt

Liderou a CGTP durante 26 anos e é hoje coordenador do CoLABOR e investigador do Centro de Estudos Sociais. Em entrevista ao JN, numa altura em que se aproxima a votação final da Agenda do Trabalho Digno no Parlamento, Manuel Carvalho da Silva reivindica atualizações salariais ainda em 2022 para fazer face à inflação, diz que somos uma sociedade “muito condescendente” com a pobreza e considera que o conceito de “colaborador” é um “veneno”. Para sublinhar a importância do trabalho, cita o Papa Francisco.

Pode haver trabalho digno com salários baixos?

Primeiro, é preciso lembrar que os direitos do trabalho são direitos humanos. E temos uma Constituição que ancorou os direitos do trabalho como direitos sociais fundamentais, o que também é preciso ter em conta. Uma vez que o valor dos salários é componente fundamental do conceito de trabalho digno, não se pode dizer que Portugal respeita as orientações gerais do trabalho digno [emitidas pela Organização Internacional do Trabalho] sem olhar ao que se passa. E o que se passa é que há muitos portugueses que trabalham e são pobres. Há centenas de milhares de portugueses e famílias que, mesmo trabalhando oito horas por dia ou mais, não conseguem sair da pobreza. E somos uma sociedade muito condescendente com a pobreza. Ouvimos muitas vezes gente que diz, quando os salários são baixos, que mais vale algum do que nenhum. Portanto, qualquer coisa serve. Isto leva a que mesmo os pobres só se considerem pobres quando têm défices alimentares. É um drama numa sociedade moderna.

Os salários deveriam subir?

Esta inflação não é provocada nem



Carvalho da Silva diz que legislação laboral “se adapta” ao que existe em vez de criar “equilíbrio”

pelos salários nem pelo consumo. Sem atualização de salários, há uma perda que se torna estruturante. Segundo o INE, em junho, os trabalhadores tinham perdido, em 2022, 4,6% do salário. Os efeitos da inflação ficam e, mesmo que ela desaparecesse em 2023, os trabalhadores, em média, vão com 4,6% de perda. Uma interpretação objetiva do trabalho digno devia levar à reposição integral das perdas salariais já em 2022.

A Agenda dá uma resposta adequada a desafios como a precariedade e a digitalização?

Não. O Governo tirou a discussão de um acordo de política de competitividade e rendimentos da Agenda. Ora, mesmo que houvesse uma discussão específica, ela teria de entrar. Também tem havido excesso

de discursos a que chamo “tecnodeslumbramento”, ou seja, uma facilitação da entrada de tudo o que vem em nome do digital. Isso é um erro brutal, seja para a organização do trabalho seja para as relações na sociedade. Também se tenta introduzir um conceito que é um veneno: o de “colaborador” em substituição do de trabalhador, tentando criar a ideia de que o trabalho é um mundo de “porreirismos” e facilidades. É das coisas que mais mal está a fazer à organização do trabalho.

O que deveria ser feito?

As situações de precariedade geram, no terreno, relações que se impuseram. E nós, ao longo do tempo, tivemos uma legislação que correu sempre atrás do prejuízo, uma legislação a posteriori. Por-

tanto, muitas vezes a legislação não vem combater a precariedade, mas sim normalizar situações atípicas e desequilibradas. A Agenda devia ir muito mais longe na reparação deste erro e na adoção de compromissos novos. O direito do trabalho não é um instrumento de políticas de emprego e económicas, muito menos neoliberais. Nunca deve ser visto como um instrumento que vai atrás das dinâmicas de emprego e económicas e se adapta. Tem de defender uma relação de trabalho equilibrada e as novas realidades têm de se ir incorporando nesse equilíbrio, não pode ser o inverso.

E a nível da conciliação trabalho/vida familiar, há avanços?

Há tentativas. Mas algumas podem tornar-se subversivas, quase. O ri-

gor dos horários é fundamental. Se são instáveis, não permitem conciliação com a vida familiar. É tudo treta. Em Portugal, temos uma carga horária excessiva comparada com qualquer outro país da UE. E, como há retribuições muito baixas, temos dinâmicas que geram ampliação do tempo de trabalho. Muitas mulheres que vemos a circular nos transportes a partir das 5 da manhã, e que vão trabalhar em limpezas, trabalham em dois e até em três sítios por dia. Não fica espaço para a conciliação com a vida familiar. Mas isto ocorre em muitas outras áreas. A precariedade é demolidora. A Agenda precisava de ser mais profunda e de abrir caminho a uma intervenção do direito do trabalho, não de ir atrás do prejuízo.

A Agenda merece ser aprovada?

Primeiro, merece ser debatida com envolvimento sério de todos. Usando uma expressão do Papa Francisco na encíclica “Fratelli Tutti”: “O trabalho é a questão central da sociedade”. Esta é a realidade. Portanto, há que convocar toda a sociedade para a observação do que se passa no trabalho.

CONFERÊNCIA JN

Ministra debate mundo do trabalho no sábado

É já amanhã que arrancam os “Diálogos de Sustentabilidade”, uma parceria entre a Global Media Group e a Fundação INATEL. O primeiro de seis, dedicado ao “Trabalho digno” conta com a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e com Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CoLABOR e do CES Lisboa. Pode assistir em direto, a partir das 10 horas, através dos sites do JN, DN, Dinheiro Vivo e TSF, ou ao vivo, no INATEL Foz do Arelho Hotel (inscrições obrigatórias através de jn.pt e dn.pt).